

**GÊNERO E SEMIÓTICA DISCURSIVA:
PONTOS DE ARTICULAÇÃO**

Julio Neves Pereira
(junepe@gmail.com)

RESUMO

Intenta-se neste trabalho efetuar a articulação entre a teoria dos gêneros propostas por Bakhtin e a teoria semiótica discursiva calcada, sobretudo, em seu fundador Greimas. Para tanto, são discutidos: as visões estruturalista e sociológica da linguagem, a relação entre aspectos socioletais e ideoletais da linguagem, a função dos gêneros na vida dos sujeitos e seus vínculos com o conceito semiótico de manipulação; por fim, estabelecem-se princípios norteadores da abordagem semiótica dos gêneros.

Palavras-chave: gênero, semiótica discursiva, manipulação, linguagem

INTRODUÇÃO

O discurso, para a semiótica, constitui-se da sobreposição de níveis e de sua articulação em um percurso, em que conversões sintático-semânticas vão sendo operadas de modo que estruturas simples e abstratas, nível profundo, tornam-se mais complexas e concretas, nível superficial. Neste percurso, encontram-se estruturas sêmio-narrativas (nível mais abstrato), estruturas discursivas (nível mais concreto) e estruturas textuais (textualização), as quais, para Greimas (1979, p. 208), estão fora do percurso gerativo.

Considerar a produção do discurso nestes moldes é importante porque, de acordo com Diana Luz (2001), sua apreensão em determinadas camadas abre possibilidades de descrições autônomas e aprofundadas, determinando etapas e modos de abordagem, conforme os níveis.

Assim, “cada um dos níveis desse percurso é, na realidade, uma janela aberta para um conjunto de problemáticas que, separadamente, foram objetos de inúmeras investigações entre os semiotistas”. (Bertrand, 2003, p. 48)

Nesta perspectiva, o discurso será o foco a ser descrito neste trabalho, tendo como entendimento que ele resulta de um processo

dinâmico, que compreende fases diferenciadas e autônomas, já que, no processo de significação, as estruturas discursivas encarregam-se da retomada das estruturas semióticas de superfície e as põe em “discurso”, segundo o fazer da enunciação. A discursivização ocorre guiada por regras sintáticas – actorialização, temporalização e espacialização – e por regras semânticas, cujo produto são discursos figurativos e temáticos.

Analisar as estruturas discursivas é ater-se à enunciação e à manifestação de valores basilares do texto; portanto a questão dos gêneros deve ser discutida tendo em vista as projeções da enunciação no enunciado, os recursos persuasivos utilizados pelo enunciador a fim de manipular o enunciatário e o processo de cobertura das estruturas abstratas por meio de figuras.

LINGUAGEM: PONTOS DE VISTA

Discutir gêneros é colocar-se no centro de um problema epistemológico secular. Neste trabalho, não será verticalizada essa discussão porque requereria retomar toda a controvérsia epistemológica que circunda os estudos da linguagem. De todos modos, serão situados alguns princípios a fim de que se possa, nos limites do trabalho, executar os recortes teóricos necessários para a efetuação das análises do gênero auto-ajuda.

As discussões, via de regra, situam-se, de um lado, no entendimento de que existe uma entidade *abstrata* reguladora das atividades de linguagem (ato de enunciação), cuja existência independe de sua realização. De outro, no entendimento de que os fatores sócio-históricos são os determinadores das estruturas abstratas, portanto, sua existência está atrelada ao contexto em que se encontra o falante. Em relação a esta concepção, o princípio norteador é o de que não se podem tratar os problemas do ato de linguagem sem antes saber dos fatores externos que os determinaram. O que daí deriva é a negação veemente de conceitos como Sistema (inventário), e, por extensão, a negação da idéia de imanência do sentido. O ato de linguagem, nessa perspectiva, só pode estar vinculado aos contextos sociais e históricos em que vivem os homens e sua interpretação reside no desocultamento das formações sociais.

Quanto àquela concepção que defende a necessidade de reconhecer a existência de uma entidade abstrata, invariável e objetivada que não rendesse às mudanças situacionais, Louis Hjelmslev em seu *Prolegômenos* caracteriza bem essa questão, ao delinear com precisão o objeto de estudo da lingüística,

Uma teoria que procura a estrutura específica da linguagem com a ajuda de um sistema de premissas exclusivamente formais, deve necessariamente, ao mesmo tempo em que leva em conta as flutuações e as mudanças da fala, recusar atribuir a tais mudanças um papel preponderante; deve procurar uma *Constância* que não esteja enraizada numa “realidade” extralingüística; uma constância que faça com que uma determinada língua permaneça idêntica a si mesma através de suas manifestações mais diversas; uma constância que, uma vez encontrada e descrita, se deixe projetar sobre a “realidade” seja qual for a natureza dela [...] de modo que esta “realidade” se ordene ao redor do centro de referência que é a linguagem, não mais como um aglomerado, mas sim, como um todo organizado que tem a estrutura lingüística como princípio dominante. (Hjelmslev, 1975, p. 7)

De acordo com o teórico, para que toda e qualquer língua seja linguagem, é necessário entendê-la como uma forma estável, constante, despregada da realidade, mas que, ao mesmo tempo, age sobre esta, pois a linguagem ordena o real (categorização). Sem ela o mundo seria caos, na medida em que o homem vê e ordena o mundo segundo aquilo que o inventário da língua permite a ele ver. Desse modo, o problema é colocado diferentemente: não é apegando-se a critérios sociológicos, exteriores à língua, que se podem evidenciar as questões ideológicas, mas, contrariamente à concepção sociológica da língua, deve-se entender que

A língua [...] não é neutra e sim complexa, pois tem o poder de instalar uma dialética interna, em que se atraem e, ao mesmo tempo, se rejeitam elementos julgados inconciliáveis. Os vários percursos semêmicos de um lexema explicam-se por essa polivalência da língua. As ideologias, sobretudo a dominante, tentam colocar o signo acima da luta de classes e esconder suas contradições internas, tornando-o monovalente e “neutro”. (Barros, 2001, p. 151)

Se de um lado não se pode apegar-se exclusivamente aos fatores extralingüísticos, de outro, é necessário compreender que estes fatores de alguma forma interagem na e por meio da linguagem. Assim, longe de qualquer maniqueísmo, e entendendo que o objeto de estudo é produto do ponto de vista de quem o analisa, o presente capítulo visa, de um lado, a situar a questão do gênero no âmbito da

semiótica, discutindo a pertinência de seu estudo; de outro, a conceituar gênero tendo como base os pressupostos teóricos semióticos, acentuando os contatos existentes entre estes pressupostos e a visão de Bakhtin (2003) acerca do tema, para, no fim, vincular, ao nível discursivo, especificamente à sintaxe discursiva, o estudo do gênero.

O PROBLEMA DA ARTICULAÇÃO INDIVÍDUO E SOCIEDADE

A semiótica, como ciência da produção do sentido, volta-se sempre para reflexões críticas acerca do sujeito e da realidade sem perder de vista o que lhe é fundamental: a realidade do objeto textual, pois “fora do texto não há salvação”. No horizonte das análises semióticas, buscando equacionar os esforços teóricos, parte-se sempre da concepção de que, na produção do sentido, uma progressiva conversão estrutural ocorre de modo dinâmico e contínuo, de modo a caracterizar o percurso da transformação como “o percurso de complexificação”, visto que enriquecimentos de ordem gramatical (sintáticos e semânticos) vão sendo agregados às estruturas em seus níveis correspondentes (fundamental, narrativo e discursivo). Assim, as análises semióticas devem pressupor que a enunciação é constituída pelo conjunto deste percurso. Ou melhor, o percurso gerativo do sentido é um modelo (metalingüístico) da enunciação.

Dessa forma, a semiótica discursiva parte do princípio de que fora do texto não há como evidenciar as ideologias que circulam nas atividades sociais dos sujeitos. Porque é por meio da linguagem que o homem se constitui. Nela, as práticas discursivas podem ser desvendadas.

José Luiz Fiorin (1998, p. 17-18) explica que o processo de estruturação do discurso – conversão das estruturas narrativas em estruturas discursivas (revestimentos) – é o momento em que o sujeito da enunciação, manipulador consciente da materialidade da língua por meio de procedimentos e estratégias lingüístico-discursivos, de certo modo, é determinado inconscientemente pelo “conjunto de elementos semânticos habitualmente usado nos discursos de uma dada época, ao quais constituem a maneira de ver o mundo numa dada formação social”. Dessa maneira, no nível discursivo, encontra-se a

identidade ideológica do sujeito, o que evidencia que o percurso gerativo do sentido prevê o estágio em que a relação entre o indivíduo e a sociedade manifeste-se no processo.

A esse respeito, Bertrand (2003), ao tentar demonstrar que os pressupostos semióticos não excluem as questões sócio-históricas, deixa claro que o fundador da semiótica francesa, Greimas, sem romper com os pressupostos teóricos que erigiram a teoria geral dos signos, faz a articulação entre os fatores textuais e contextuais. Um destes pressupostos é a manutenção, por parte da semiótica, da noção de uso, sempre defendida pelo lingüista Hjelmslev (1991), que notou a necessidade de substituir a dicotomia saussuriana língua / fala pela tricotomia esquema / norma / uso.

Para Louis Hjelmslev (1991, p. 84), uso é “como um simples conjunto de hábitos adotados numa dada sociedade e definido pelas manifestações observadas”. A importância da noção de uso, como se observa, reside no fato de que, enquanto a noção de fala remete a uma ação criativa do indivíduo, a de uso vai além, pois remete aos aspectos socioletais, ou seja, às práticas socialmente sedimentadas em que se marca o hábito lingüístico e cultural. O conceito de uso assim entendido acaba por articular sistema, fala e história, o que implica a afirmação de que existem, no ato de linguagem, determinadas coerções de ordem interna (categorias morfossintáticas) e determinados limites de ordem externa (categorias socioculturais), a funcionar como diretrizes da enunciação.

Fica claro que a enunciação individual está intimamente ligada ao inventário da língua, de modo que as escolhas e as combinações lingüístico-discursivas (o ato de linguagem) só ocorrem mediadas pelo “já dado” depositado na memória cultural. Desse modo, compreende-se a enunciação como a mediadora entre o sujeito e o sistema social da língua, por um processo de assunção que leva em conta a relação intersubjetiva.

Diana Luz de Barros (2001), ao abordar as questões centrais do discurso, como a problemática da relação entre o individual e o social, afirma que a semiótica pode e deve fazer a relação entre fatores lingüístico-discursivos e fatores contextuais constitutivos do discurso, porque,

[...] nessa perspectiva, o problema da co-presença do social e do in-

dividual no discurso, afirmando que, nele, coexistem a invariável sistêmica social e as variáveis, também sociais, de realização, forjadas pelas determinações sócio-ideológicas. Se a significação nasce da variação, como propuseram Barthes (1964 e 1966) e Greimas (1966), é da relação entre a invariante do sistema e a variação social que surge o sentido do discurso. A articulação do discurso com a formação social não é, por conseguinte, fortuita e ocasional ou secundária e acessória. Reconhecendo a pertinência da dimensão histórica para a análise do discurso, mas também as muitas dificuldades encontradas na determinação das relações entre formações sócio-ideológicas e formações discursivas, propõe-se [...] a hipótese, conciliatória entre os dois grupos, de que essas relações podem e devem ser estabelecidas pela mediação lingüística da enunciação. Tenta-se, assim, definir enunciação pelo duplo papel de mediação ao converter as estruturas narrativas em estruturas discursivas e ao relacionar o texto com as condições sócio-históricas de sua produção e de sua recepção. (Barros, 2001, p. 4-5)

As relações entre o social e o individual processam-se via mediação lingüística da enunciação, a qual, além de realizar a conversão das estruturas narrativas em discursivas, também estabelece a relação do texto com as condições sócio-históricas. A hipótese da autora permite conceber o estudo do gênero como o estudo da enunciação, já que, retomando Bertrand (2003), a enunciação regula a relação entre o sistema social da língua e a assunção deste por um sujeito em constante diálogo com o outro (intersubjetividade).

É nesta perspectiva que o trabalho discutirá gênero: parte-se do princípio de que o estudo do discurso, em semiótica, vê a enunciação como resultante da complexificação estrutural. Nesse momento de revestimento complexo das estruturas mais abstratas, entram em jogo a memória da língua, suas coerções, a situação sócio-histórica de produção do texto e, conseqüentemente, em função desta situação, os modelos estabilizados que orientam, no nível da manifestação, os projetos de escrita e de leitura, que veiculam modos de ver o mundo.

Isto significa que na textualização, momento em que o percurso gerativo do sentido sofre uma interrupção, um conjunto de procedimentos é convocado para a organização de uma sintaxe textual (constituição de um contínuo discursivo). E, ao que tudo indica, nesse processo, o gênero, como será caracterizado adiante, também participa, necessariamente, da constituição textual.

GÊNERO: CONCEITO E FUNÇÃO

Para definir gênero, Mikhail Bakhtin (2003), em *Estética da Criação Verbal*, relaciona todos os campos da atividade humana com o uso da linguagem. Afirma que o emprego dela possui caráter multi-forme devido ao vínculo estreito com a vida, e, por consequência disso, com as necessidades prementes suscitadas dessa ligação.

Bakhtin defende que discursos, oral ou escrito, refletem, em sua estrutura, a situação de produção não apenas por causa dos conteúdos temáticos e do modo de utilizar a língua, mas, sobretudo, pela sua “construção composicional”. Todo enunciado (texto), na sua visão, além de “[...] particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gênero do discurso*”. (Bakhtin, 2003, p. 262, grifo nosso)

Tais tipos mais ou menos estáveis, conforme a comunidade, a época e os conteúdos, diferem-se tanto em sua forma de comunicação, como em seus temas. As formas produzidas imbricam-se aos temas de modo que se entende que todo querer dizer só é passível de ser realizado, como texto, por meio de um discurso social específico, o que implica a utilização de determinados recursos linguísticos que estruturam o texto em uma unidade orgânica resistente. Assim, as formas de comunicação solicitam a adequação necessária ao modo de dizer: não se diz nada fora de um contexto; um ato de linguagem só é possível se estruturado em um gênero.

O conceito de gênero, nesses termos, pressupõe uma interação entre fatores textuais e contextuais, na medida em que para Bakhtin:

As formas de gênero, nas quais moldamos o nosso discurso, diferem substancialmente, é claro, das formas da língua no sentido da sua estabilidade e da sua coerção (normatividade) para o falante. Em linhas gerais, elas são mais bem flexíveis, plásticas e livres que as formas da língua. Também neste sentido a diversidade dos gêneros do discurso é muito grande. Toda série de gêneros sumamente difundidos no cotidiano é de tal forma padronizada que *a vontade discursiva individual do falante só se manifesta na escolha de um determinado gênero e ainda por cima na sua entonação expressiva. [...] A diversidade desses gêneros é determinada pelo fato de que eles são diferentes em função da situação, da posição social e das relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação [...]* (Bakhtin, 2003, p. 283, grifo nosso)

De um lado, portanto, o gênero é uma categoria discursiva que recobre todos os textos que circulam na sociedade; seu surgimento está atrelado às necessidades cotidianas. Por isso, pode ser considerado o resultado das condições sócio-históricas em que estão imersos os sujeitos da comunicação. De outro, o uso que este sujeito faz do gênero em determinado contexto, ao que parece, liga-se a um certo pragmatismo, no sentido de que o ato de linguagem deve estar estruturado em um gênero para ter eficácia.

Para Maingueneau (2001, p. 65), tal afirmativa tem procedência. Ele defende que a utilização dos gêneros de discurso segue de perto critérios de êxito, o que implica que os atos de linguagem são submetidos a certas condições para que a intencionalidade do enunciatador obtenha sucesso. Por isso, a escolha do gênero deve obedecer a uma finalidade reconhecida, para permitir que, na situação comunicativa, os sujeitos, que devem ser legitimados, desempenhem adequadamente seus papéis, pois “um discurso não é delimitado à maneira de um terreno, nem desmontado como uma máquina. Constitui-se em signo *de* alguma coisa, *para* alguém, *em* um contexto de signos e de experiências” (Maingueneau, 1993b, p. 34)

Segundo Bakhtin,

O gênero do discurso não é uma forma da língua típica do enunciado; como tal forma, o gênero inclui certa expressão típica a ele inerente. No gênero a palavra ganha certa expressão típica. Os gêneros correspondem a situações típicas da comunicação discursiva, a temas típicos, por conseguinte, a alguns contatos típicos dos significados das palavras com a realidade concreta em circunstâncias típicas [...] (*op. cit.*, 293)

De modo geral, as regras e normas que representam e regulam um gênero são constituídas por relações entre forma de conteúdo e forma de expressão; isto é, entre uma determinada temática e um determinado modo de dizer. Assim, a caracterização do gênero ocorre pela correlação sistêmica entre a presença de um determinado modelo de situação comunicativa, com traços retórico-formais, elementos pragmáticos e semânticos, que presidem a relação entre enunciatador e enunciatário, possibilitando diferenciar um gênero de outro; e por um determinado modelo de forma de conteúdo, representado por elementos semânticos e pragmáticos histórico-sociais, que visam, no contexto sociocultural e no processo de interação social, à eficácia comunicativa, segundo a intencionalidade do sujeito da persuasão.

A caracterização se configura também por meio de um determinado modelo de forma da expressão, resultante de normas e convenções estilísticas que regulam as microestruturas formais do texto (coesão) e as normas e convenções retórico-argumentativas e posicionais, que regulam as macroestruturas textuais (coerência).

Todo enunciado, enfim, é produzido sob determinadas condições históricas e ideológicas. Essa situação age sobre as escolhas do enunciador a exigir uma espécie de ajuste da estrutura lingüística à realidade em que ela será concretizada. Essa mediação é realizada pelo gênero.

GÊNERO E MANIPULAÇÃO

Na análise narratológica, Greimas (1979) distingue dois tipos de relações entre actantes: a que ocorre entre o sujeito e o objeto, a construir o simulacro das ligações existentes entre homem e mundo e a ação transformadora daquele sobre este. A outra relação se dá entre o destinador e o destinatário, actantes da comunicação: o primeiro age sobre o segundo doando-lhe competências, para transformá-lo ou subjugar-lo. Essa ação visa à instituição de um contrato em que o sujeito da enunciação, desdobrado em enunciador e enunciatário, estabelece um jogo de manipulação em que há um fazer persuasivo (enunciador), e um fazer interpretativo do segundo.

Analisando a posição de Bakhtin, à luz de alguns princípios semióticos, Barros (1996) conclui que se deve estudar a relação desses actantes da comunicação, que se relacionam entre si como sujeitos ativos, não como simples ato de informar e conhecer, mas como ato dialógico.

Nesse ato, o sujeito procura interpretar ou compreender o outro sujeito: [...] trata de uma relação entre sujeitos, Destinador e Destinatário, e a compreensão aparece como uma espécie de resposta a questões colocadas pelo texto interpretado [...]. (Barros, 1996, p. 25)

Esses actantes da comunicação estão associados um ao outro por meio de uma relação contratual fiduciária regulada, tanto pelas intenções da enunciação – fazer com que o sujeito da interpretação aceite como verdadeiro o dizer do enunciador e passe agir conforme essa crença (ou fé) –, como pelas condições sociais inerentes ao ato

comunicativo que implicam o emprego de várias estratégias em razão da eficácia comunicativa (fazer: crer, querer ou dever, fazer, saber e poder). Assim, conforme Diana Luz¹, a manipulação

[...] prevê um primeiro contrato fiduciário, em que são decididos os valores dos objetos a serem enunciados ou trocados. No nível do discurso, o contrato fiduciário é um contrato de veridicção, que determina o estatuto veridictório do discurso. A verdade ou a falsidade do discurso dependem do tipo de discurso, da cultura e da sociedade [...] (Barros, 2002, p. 93)

O fato de o efeito de verdade ou de falsidade do discurso, vinculado ao contrato, atrelar-se a um tipo discursivo e a fatores de ordem extralingüística, implica a afirmativa de que o percurso de manipulação (comunicação) orienta-se de acordo com um gênero específico, marcado, como já se evidenciou acima, tanto por fatores internos como externos, voltados para a eficácia comunicativa.

Para Bakhtin,

Em cada enunciado [...] abrangemos, interpretamos, sentimos a **intenção discursiva** de discurso ou a **vontade discursiva** do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras. Imaginamos o que o falante **quer** dizer, e com essa idéia verbalizada, essa vontade verbalizada (como a entendemos) é que medimos a conclusibilidade do enunciado. Essa idéia determina tanto a própria escolha do objeto (em certas condições de comunicação discursiva, na relação necessária com os enunciados antecedentes) quanto os seus limites e a sua exauribilidade semântico-objetiva. Ele determina, evidentemente, também a escolha da forma do gênero na qual será construído o enunciado [...]. (Bakhtin, 2003, p. 281-282)

E continua:

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo **na escolha de um certo gênero de discurso**. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetivas (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes, etc. A intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero. Tais gêneros existem antes de tudo em todos os gêneros mais multiformes da comuni-

1 Trata-se de Diana Luz Pessoa de Barros, que escreveu também o artigo "O discurso do dicionário", publicado naquele ano na *Alfa - Revista de Linguística*, São Paulo, v. 44, p. 75-97. [Nota do Editor]

cação oral cotidiana, inclusive do gênero mais familiar e do mais íntimo.

Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*. Dispomos de um rico repertório de gêneros de discurso orais (e escrito). *Em termos práticos*, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas *em termos teóricos* podemos desconhecer inteiramente a sua existência.

Os gêneros, como se observa, devem ser entendidos como condição básica para que possa ocorrer a comunicação (manipulação), porque, na busca do estabelecimento da crença (e da fé) entre o enunciador (fazer persuasivo) e o enunciatário (fazer interpretativo), essa interação é mediada por uma forma discursiva *relativamente estável de estruturação de um todo* (gênero), de uma *forma padrão* que ancora os textos que pertencem a ela, segundo uma *unidade orgânica* resistente. Quer dizer que o enunciador, ao manipular o enunciatário, tem de fazê-lo a partir da perspectiva de que a dimensão ideoleal (fazer semiótico individual) articula-se a uma dimensão socioleal (fazer semiótico social).

Bertrand, a esse respeito afirma:

[...] a enunciação individual não pode ser vista como independente do imenso corpo das enunciações coletivas que a precederam e que a tornam possível. A sedimentação das estruturas significantes, resultante da história, determina todo o ato de linguagem. Há sentido “já-dado”, depositado na memória cultural, arquivado na língua e nas significações lexicais, fixado nos esquemas discursivos, controlado pelas codificações dos gêneros do exercício individual da fala, convoca, atualiza, reitera, repete ou, ao contrário, revoga, recusa, renova, e transforma. O impessoal da enunciação rege a enunciação individual e esta às vezes se insurge contra ele. A fala, “idealizada como livre, [...] se fixa e se cristaliza no uso, dando origem, por redundâncias e amálgamas sucessivos, a configurações discursivas e estereótipos lexicais que podem ser interpretados como tantas outras formas de ‘socialização’ da linguagem” [...] (Bertrand, 2003, p. 87-88)

O fazer semiótico individual, modo pelo qual a linguagem se manifesta necessariamente, processa-se em interação com fatores de ordem social porque a forma de comunicação verbal específica, que traduz os aspectos sócio-ideológicos motivadores da forma, apresenta-se como necessária, ligando os temas (*objeto de sentido*) a determinados modos de dizer (gêneros) condizentes com o contexto em que se processa a comunicação. A assunção da língua ocorre regida por condições de ordem social, numa dimensão intersubjetiva.

Greimas (1979), ao especificar melhor o papel dos sujeitos da enunciação no ato comunicativo, concebe a relação entre os sujeitos actantes da comunicação não como uma relação de passividade, como já se afirmou; ao contrário, enunciador e enunciatário são produtores ativos do discurso, visto que a parceria não se limita a passar e a receber informações, mas a estabelecer um jogo persuasivo, em que o enunciador age em consonância com a situação discursiva, na medida em que, na produção de seus enunciados, os conhecimentos *a priori* a respeito do enunciatário – seus saberes supostamente compartilhados – são previstos no seu projeto de manipulação, enquanto o enunciatário, ativamente, reconhece a verdade ou a falsidade do enunciado. Nesse processo, o papel deste *tu* (para quem se escreve ou fala) é, portanto, relevante. Segundo Bakhtin (2003), o destinatário da mensagem deve ser considerado um “índice substancial (constitutivo) do enunciado”, pois este é elaborado em função de uma “compreensão responsiva”, de uma reação-resposta, de uma interpretação.

Todo enunciado, além de requerer um tipo de autor específico, de objetivar alcançar algo, de estruturar-se em torno de propósitos definidos, é dirigido a alguém específico, a partir de que enunciatário faz o discurso tomar determinada orientação. Sendo assim, o enunciador assume, como hipótese de produção discursiva, determinados enunciados possíveis de serem realizados em função da situação dialógica em que se encontra; age como se realizasse um cálculo de possibilidade do que dizer e de como dizer; cálculo este que se dá a partir de expectativas (o que é necessário dizer, o que ele quer ouvir etc). O enunciado é, portanto, construído, além dos outros fatores, segundo uma expectativa de possíveis respostas.

Isso significa que o enunciador, no ato comunicativo, detém a iniciativa no processo de interpretação, no sentido de que age discursivamente segundo a imagem que faz do outro. Aqui cabe lembrar que os simulacros são imagens, figuras, que intervêm na comunicação a partir de seu caráter necessário e de sua condição de ser algo prévio a qualquer comunicação. Nessa concepção, os simulacros são considerados objetos imaginários determinadores eficazes da relação entre os sujeitos (Barros, 1996).

Disto resulta um discurso com estilo e composição próprios,

adequados aos interlocutores, porque essa atitude implica sobremaneira a particularização, a diferenciação dos aspectos retórico-estilísticos. Vale ressaltar que a adequação implica em manter-se na esfera de determinado gênero, visto que este solicita um destinatário típico e apropriado. Para Patrick Charaudeau,

Essa relação contratual [...] depende do “desafio” construído no e pelo ato de linguagem, desafio este que contém uma expectativa (o ato de linguagem vai ser bem sucedido ou não). Isso faz com que os parceiros só existam na medida em que eles se reconheçam (e se “construam”) uns aos outros com os estatutos que eles imaginam [...] (Charaudeau, 2001, p. 30)

Todorov, a esse respeito, explica que

É pelo fato de os gêneros existirem como uma instituição que funcionam como “horizonte de espera” para os leitores, e como “modelos de escrita” para os autores. Estas são, com efeito, duas vertentes da existência dos gêneros [...] os leitores lêem em função do sistema genérico, que conhecem através da crítica da escola, do sistema de difusão do livro, ou simplesmente por ouvir dizer [...] (Todorov, 1978, p. 52)

Assim, retomando os conceitos desenvolvidos, conclui-se que os gêneros são entidades mais ou menos estáveis, que, no processo de textualização, momento em que ocorre um movimento do percurso gerativo de sentido rumo à manifestação, moldam o dizer do enunciador em uma composição retórico-estilística reconhecível como sendo inerente a eles. Tal procedimento age no nível superficial do texto, segundo as coerções semióticas e as exigências de fatores contextuais, e esse vínculo ocorre de maneira tal que a comunicação verbal só é (pensável e) realizável quando, na textualização, ocorrem os ajustes da sintaxe textual ao gênero, porque, dependendo da época, dos grupos sociais, os repertórios produzem suas formas e temas, o que implica que o gênero é uma organicidade indestrutível do ponto de vista de que seus recursos lingüísticos especificam o discurso (Bakhtin, 2003).

A ABORDAGEM SEMIÓTICA DO GÊNERO: CONCLUSÕES

Concebendo texto como modalidade composicional resultante do processo comunicativo interacional e gênero como articulações discursivas organizadoras e definidoras que agem na textualização, pode-se entender que todo gênero é passível de ser descrito em suas “formas de enunciação”, buscando estabelecer suas especificidades lingüístico-discursivas. Mesmo porque, de acordo com Bakhtin (2003), analisar os gêneros é extrair das atividades lingüístico-discursivas os fatos lingüísticos em pleno funcionamento, portanto, vivos, uma vez que:

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação lingüística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. Ora, língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos que a vida entra na língua. (Bakhtin, 2003, p. 264)

Greimas (1979, p. 202) também não aceita a análise em que um formalismo fortuito e gratuito tome a vez de uma análise global e contextualizada, porque, para o semiótico, descrever o gênero, definir uma tipologia dos discursos só tem validade se for para trazer a tona os *postulados ideológicos* implícitos que norteiam as categorizações:

Dependente de um relativismo cultural evidente e fundada em postulados ideológicos implícitos, tal teoria nada tem de comum com a tipologia dos discursos que procura constituir-se a partir do reconhecimento de suas propriedades formais específicas. O estudo das teorias dos gêneros, característico de uma cultura (ou de uma área cultural) dada, não tem interesse senão na medida em que pode evidenciar a axiologia subjacente à classificação: ele pode ser comparado à descrição de outras etno ou sócio-taxionomias.

Para abordar, semioticamente, os gêneros, é preciso, portanto, partir dos seguintes princípios: (1) gênero é resultante de um processo interativo socioletal e ideoletal, uma forma discursiva *relativamente estável de estruturação de um todo*, que ancora textos; (2) é uma *unidade orgânica* resistente, em que categorias lingüístico-discursivas e contextuais são reconhecíveis; (3) todo discurso resulta do percurso gerativo do sentido (simulacro do processo enunciativo); (4) discurso e formação social articulam-se, lingüisticamente, por meio da enunciação (conversão das estruturas narrativas em estrutu-

ras discursivas); (5) no processo de textualização, nível da manifestação, as condições sócio-históricas, as coerções lingüístico-discursivas e a atividade responsiva do enunciatário (sujeito interpretativo) interferem no processo (o texto conforma-se ao gênero); por fim, todo ato de comunicação (persuasão) ocorre por meio de um gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*, [s.n.e.?], 2003.
- BARROS, D. L. P. Contribuições Bakhtin às teorias do texto. **In:** FARACO, C.A. et al. (org.) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: UFPR, 1996, p. 21-32.
- . *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas/USP, 2002.
- BARTHES, R. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC, 2003.
- CHARAUDEAU, P. *Eléments de sémiolinguistique – Théorie et pratique*. Paris: Hachette, 1983.
- COURTÉS, J. *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Coimbra: Almedina, 1979.
- . *Analyse semiotique du discours: de l’énoncé á l’énoncition*. Paris: Hachette, 1991.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática. 1998.
- & SAVIOLI, F. P. *Lições de texto: leitura e redação*, 1999.
- . *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2001.
- . *As astúcias da enunciação – as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2002.
- GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- . *Du sens II: Essais sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- & COURTÉS, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, tome 2. Paris: Hachette, 1986.
- & FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.
- GREIMAS, A. J. *Maupassant – A semiótica do texto: exercícios práticos*. Florianópolis: Edufsc, 1993.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- . *Ensaio lingüístico*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- MAINGUENEAU, D. *Análise do discurso*. Campinas: UNESP, 1993a.
- . *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1993b.
- . *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.
- . *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.
- . *Análises de textos de comunicação*. São Paulo: Cortes, 2004.
- MARI, H. (Org). *Categorias e práticas de análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000.
- MARI, H. (Org). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.
- ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Pontes, 1996.
- PATRICK C. Uma teoria dos Sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.